

# Poderes Ministro do STF afirmou não haver justa causa para dar continuidade ao caso Toffoli rejeita notícia-crime contra Moraes e Bolsonaro recorre à PGR

**Luísa Martins, Isadora Peron, Renan Truffi e Vandson Lima**  
De Brasília

A notícia-crime ajuizada pelo presidente Jair Bolsonaro contra o ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), teve vida curta na Corte. O ministro Dias Toffoli negou seguimento à petição, afirmando não haver indício de crime, nem justa causa para dar continuidade ao caso. Em uma reação quase imediata, Bolsonaro decidiu acionar diretamente a Procuradoria-Geral da República (PGR).

O presidente havia protocolado a ação na noite de terça-feira, alegando que Moraes, desde que foi designado relator do chamado inquérito das "fake news", em março de 2019, tem agido mediante abuso de autoridade.

Toffoli, no entanto, afirmou que um magistrado não pode responder por esse tipo de crime em razão da mera interpretação que faz das leis, dos fatos e das provas de um processo. De acordo com o ministro, a investida de Bolsonaro é uma "tentativa de inversão de papéis, transformando-se o juiz em réu pelo simples fato de ser juiz".

Para Toffoli, não é possível concluir que Moraes "teria algum interesse específico" apenas



Toffoli: houve "tentativa de inversão de papéis, transformando juiz em réu"

por ser relator de inquéritos contra o presidente. Também disse que a defesa de Bolsonaro deve apresentar suas irrisignações na forma de recursos formais, que são sempre analisados em colegiado, afastando a alegação de perseguição pessoal.

Após a decisão de Toffoli, Bolsonaro apresentou pedido semelhante na PGR. Mas, de acordo com interlocutores do órgão, o caso não deve prosperar, pois o procurador-geral, Augusto Aras, não estaria disposto a tensionar

ainda mais a crise institucional.

Ontem, em um evento sobre combate à desinformação, o presidente do STF, ministro Luiz Fux, defendeu Moraes publicamente e disse que o inquérito estava "em ótimas mãos", sendo "conduzido com extrema seriedade e competência" pelo colega. "É importante que se tenha a exata noção de como esse trabalho foi importante, nos trazendo à lume notícias de atos preparatórios de terrorismo contra o Supremo."

O presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministro Edson Fachin, afirmou no mesmo evento que "ataques são direcionados aos guardiães da Constituição Federal para tentar diluir as instituições". Também destacou o empenho de Moraes, vice-presidente do TSE, na tarefa de organizar eleições "seguras e limpas" em outubro.

Em outra frente, a ministra Rosa Weber pediu que a PGR se manifeste sobre a possibilidade de abrir mais um inquérito contra Bolsonaro, devido a novas notícias falsas propagadas pelo presidente em torno do sistema eleitoral brasileiro.

O pedido de investigação foi feito pelo deputado Professor Israel Batista (PSB-DF) depois que o presidente disse, em cerimônia transmitida ao vivo pela TV Brasil no dia 27 de abril, que o TSE tinha uma "sala secreta" para apuração dos votos e que as Forças Armadas deveriam fazer uma "contagem paralela".

Os ataques teriam sido repetidos nesta semana em uma reunião com empresários de São Paulo, quando Bolsonaro voltou a desacreditar a urna eletrônica, prometendo contar "as histórias que sabe" sobre as supostas falhas do aparelho. Ao TSE, no entanto, o próprio presidente já disse não ter provas para com-

provar sua teoria.

Ao despachar no caso, a ministra afirmou que a PGR é o órgão competente para definir se as alegações do parlamentar são suficientes para instaurar um novo procedimento contra o presidente da República.

Os novos capítulos da crise entre o Judiciário e o Executivo não passaram batidos pelo Legislativo. O presidente do Congresso Nacional, senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG), disse entender a ofensiva jurídica de Bolsonaro contra Moraes como "mais um episódio de anormalidade institucional que precisa ser corrigido". O parlamentar, porém, tentou atenuar o conflito.

"É muito importante que se corrija e que as instituições e os membros dessas instituições possam se respeitar. Mas, obviamente, aquilo que estiver dentro dos limites constitucionais, do direito de pedir e do direito de um poder ou instituição negar, isso está dentro da normalidade", afirmou Pacheco.

"Há um direito constitucional, que é o direito de petição, de deduzir pretensões perante o Judiciário. Foi uma notícia-crime submetida ao STF e já houve decisão do ministro Toffoli, julgando improcedente. Considero que é mais um episódio resolvido."

## Ação é factóide para jogar suspeição sobre juiz

**Análise**

**Maria Cristina Fernandes**  
São Paulo

Uma única frase do despacho do ministro Dias Toffoli, ao negar prosseguimento da notícia-crime apresentada por um advogado do presidente da República contra o ministro do Supremo Tribunal, Alexandre de Moraes, desbaratou a estratégia de Jair Bolsonaro: "O Estado Democrático de Direito impõe a todos deveres e obrigações não se mostrando consentâneo com o referido enunciado a tentativa de inversão de papéis, transformando-se o juiz em réu pelo simples fato de ser juiz".

Esta frase resume a decisão porque trata a notícia-crime como ela é: um factóide destinado a jogar suspeição sobre o ministro que será presidente do Tribunal Superior Eleitoral durante a disputa de outubro. Ou seja, é a antessala do questionamento dos resultados eleitorais. Como é o TSE quem proclama o resultado e o presidente do tribunal tem a suspeição levantada pelo presidente, que é um dos candidatos em disputa, o resultado também é suspeito, certo? Errado.

O presidente age como um desesperado que não consegue oferecer respostas à inflação, à volta da fome, ao aumento da violência, aos hospitais públicos sucateados, à evasão escolar de crianças e adolescentes, à tragédia brasileira, enfim. Como viu que está difícil ganhar com este desempenho, resolveu processar o juiz da eleição.

Em entrevista ao SBT, o senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) desenhava a estratégia para quem ainda descreia dela. A ação movida pelo presidente da República visa a legitimar o golpe que Bolsonaro vai tentar armar na eleição. Sob pretexto de qualquer uma quebrada, o presidente-candidato vai tentar suspender a apuração. Como tem uma ação em tramitação contra o juiz, tentará tirar Moraes da esfera judicial para jogá-lo no embate político do tipo candidato x juiz suspeito.

Primeiro, o senador disse que os institutos não refletem o favoritismo de Bolsonaro que eles vêem nas ruas e depois acusou o TSE de arquitetar esse "golpe" que está sendo legitimado pelas pesquisas. Por isso, caberia ao TSE "fazer sua obrigação" e tomar "medidas concretas" pra tranquilizar o eleitor. O único golpe que está em curso é o de um candidato que quer substituir o voto pela avaliação subjetiva de seus acólitos e a partir dela, jogar suspeição sobre todo o processo eleitoral.

Não basta suspeitar de um juiz para tirá-lo de um caso. É mais ou menos como no jogo de futebol. Só juízes órfãos poderiam apitar partidas se a cada xingamento fosse necessário trocar a arbitragem. Se não há possibilidade de o Supremo Tribunal Federal vir a acatar uma ação contra Alexandre de Moraes, mesmo a partir de um recurso à Procuradoria Geral da República, Bolsonaro tampouco dispõe de legitimidade para alegar a suspeição do ministro em foros internacionais. Resta o "jus sperniandi", falso latinismo que alude ao recurso de quem não tem mais o que fazer enquanto aguarda o cala-boca das urnas.

## Ação contra ministro divide aliados do presidente

**Fabio Murakawa**  
De Brasília

A ação impetrada pelo presidente Jair Bolsonaro no Supremo Tribunal Federal (STF) e a notícia-crime apresentada à Procuradoria-Geral da República (PGR) contra o ministro Alexandre de Moraes refletem uma estratégia de tensionamento com o Judiciário, sobretudo o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), segundo fontes ouvidas pelo Valor entre a noite de terça e a tarde ontem. Entretanto, na visão de parte das figuras que orbitam o presidente a estratégia é arriscada. E, para alguns, até mesmo equivocada.

A operação ocorreu à revelia de boa parte da cúpula da campanha de Bolsonaro, formada hoje pelo

ministro Ciro Nogueira (Casa Civil) e o presidente nacional do PL, Valdemar Costa Neto.

O senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), o filho mais velho do mandatário, foi consultado sobre a ação apresentada por Eduardo Reis Magalhães, um jovem advogado desconhecido de seus colegas em Brasília e no Paraná, Estado emissor de sua carteira da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) e em cuja capital, Curitiba, é sócio em um escritório.

Na peça jurídica, Bolsonaro acusa Moraes, entre outras coisas, de abuso de autoridade. Com a ação arquivada por ordem do ministro Dias Toffoli em poucas horas, o mesmo advogado apresentou a queixa-crime à PGR, que também tem chances nulas de prosperar.

A Advocacia-Geral da União (AGU) teria sido consultada e desaconselhado Bolsonaro a ideia levar adiante.

Advogados mais ligados ao presidente, Frederic Wassef e Karina Kufa, tampouco estavam cientes da mais recente aventura jurídica de chefe do Executivo.

Até a noite de ontem, ainda não estava claro quem poderia estar por trás da atuação de Magalhães.

Certo é que muitos no entorno do presidente se opõem à medida. Esse grupo, heterogêneo, acredita que há um limite para a cruzada promovida por Bolsonaro contra Moraes, o TSE e o Supremo. Um desses atores nota que um ministro do Supremo tem mandato vitalício, enquanto o do presidente é de quatro anos, prorrogável por

mais quatro, em caso de reeleição.

Essa visão explica, dizem interlocutores, o fato de que a ação foi apresentada por um advogado desconhecido e sem nenhuma atuação no STF. Advogados com causas na mais alta corte do país não estariam dispostos a comprar briga com um ministro que permanecerá ministro mesmo após o fim do governo Jair Bolsonaro.

Quase unânime entre os que concordam ou não com a ação de Bolsonaro contra Moraes é a visão de que o presidente está seriamente ameaçado de perder a reeleição.

Apesar do discurso oficial de que há uma expectativa de que Bolsonaro ultrapassará o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) nas pesquisas até junho ou julho, boa parte do entorno do

presidente está preocupada com suas chances de recondução.

Essa preocupação está na raiz da estratégia de manter alta a temperatura do confronto com o Judiciário, diz um interlocutor.

Ela visa, mais adiante, desqualificar Moraes tanto como juiz de ações que envolvem o presidente como na sua posição de presidente do TSE, cargo que ocupará a partir de agosto e durante todo o período de votação, em outubro.

A movimentação, além disso, cristaliza entre os eleitores bolsonaristas a opinião de que — assim como as urnas eletrônicas — Moraes, TSE e Supremo não conferem segurança às eleições. Prepara-se, assim, o terreno para a não aceitação do resultado da eleição em caso de derrota do presidente.

## EUA insistem em 'confiança' nas instituições

**Daniel Rittner**  
De Brasília

Em dois recados diferentes, no mesmo dia, o governo Joe Biden deixou claro que confia no sistema eleitoral brasileiro e na preservação da democracia, em meio às críticas lançadas pelo presidente Jair Bolsonaro sobre as instituições e o voto eletrônico. Na mensagem mais dura, em Washington, a embaixadora designada por Biden para assumir a representação diplomática dos Estados Unidos em Brasília citou nominalmente Bolsonaro e disse que as eleições presidenciais de outubro "não serão um momento fácil".

Em sua sabatina no Senado americano, Elizabeth Bagley foi questionada sobre os riscos à democracia no Brasil. "Bolsonaro tem dito muitas coisas, mas, basi-

camente, o Brasil tem sido uma democracia. Eles têm instituições democráticas, um sistema eleitoral democrático, um Judiciário independente, um Legislativo independente, liberdade de expressão e de reunião", afirmou Bagley, que ainda depende de aprovação dos senadores para ser nomeada.

Ex-embaixadora em Lisboa e doadora de recursos para campanhas democratas, ela acrescentou: "Já fiz vários monitoramentos eleitorais e sei que não será um momento fácil, por causa dos comentários dele. Mas, apesar desses comentários, há de fato uma base institucional. O que vamos fazer é continuar demonstrando a nossa confiança e a nossa expectativa de que eles terão uma eleição livre e justa".

Em sintonia com Bagley, mais um enviado da Casa Branca apro-

veitou sua passagem por Brasília para reforçar o discurso. "O sistema [eleitoral] brasileiro, como em muitas outras vezes anteriormente, produzirá um vencedor de forma livre e justa", disse o secretário-adjunto de Comércio dos Estados Unidos, Don Graves.

Ele indicou que não falava em tom meramente pessoal. "Eu, o presidente [Biden] e todo o governo americano acreditamos na força e na estabilidade da democracia brasileira", completou, em rápida conversa com jornalistas.

Liderando uma missão de 70 empresários americanos e após conversas com diversas autoridades em Brasília, Graves disse que a comunidade de negócios não alimenta especulações sobre o risco de golpe ou não reconhecimento de um vencedor nas eleições presidenciais de outubro, por acreditar que "somos [EUA e Brasil] duas

das mais duradouras democra-

cias do planeta e demonstramos a resiliência dos nossos sistemas".

Outros emissários recentes de Washington, incluindo altos funcionários do Departamento de Estado e até o então chefe do Comando Militar do Sul, usaram a mesma linha de argumentação durante visitas recentes ao Brasil.

Graves procurou enfatizar que o Brasil é um parceiro na busca pelo "nearshoring" — tentativa de trazer parte da cadeia de fornecedores para mais perto dos Estados Unidos. O termo ganhou impulso com a pandemia de covid, os desequilíbrios na oferta global de suprimentos, a guerra na Ucrânia e a crise alimentar.

"É um desafio diversificar e não ser excessivamente dependente de um ou dois países, de uma ou duas regiões do mundo. Quando elas fecham, por questões sanitárias ou eventos geopolíticos, o dano é real", afirmou.

**AGEPAR** AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS DO PARANÁ - AGEPAR

**CONSULTA PÚBLICA Nº 002/2022-AGEPAR**

A AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS DO PARANÁ - AGEPAR, no uso de suas atribuições, e nos termos da Lei Complementar Estadual nº 222/2020, comunica aos interessados a abertura, a partir do dia **23 de maio de 2022**, de **CONSULTA PÚBLICA**, que ficará aberta até o dia **22 de junho de 2022**, conforme deliberação do Conselho Diretor/AGEPAR na REUNIÃO nº 17 - ORDINÁRIA, realizada em 17 de maio de 2022, destinada a obter contribuições, sugestões propostas, críticas e demais manifestações pertinentes, por quaisquer interessados, "a respeito da proposta de ato normativo que visa regulamentar os procedimentos de gestão e recolhimento da Taxa de Regulação de Serviços Públicos Delegados - TR/Agepar", consoante as informações técnicas contidas no processo de protocolo nº 18.524.547-0. O objeto da consulta pública, bem como demais informações relativas à sua realização, estarão disponíveis no sítio eletrônico da Agência, na aba Participação Social - Consultas Públicas - Consultas Públicas em Andamento - Consulta Pública nº 2/2022.

Curitiba/PR, 17 de maio de 2022.

(assinado nos termos do Art. 38 do DE nº 7304/2021)

**Reinhold Stephanes - Diretor-Presidente**

**CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO PARANÁ S.A.**  
CNPJ 75.063.164/0001-67

**AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL nº 006/2022**  
PROTOCOLO: 18.577.083-4

**OBJETO:** Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de construção de cerca em Gradil e de novos Portões na área do Mercado do Produtor, Banco de Alimentos, gerência antiga e estacionamento da área frontal da Unidade de Londrina.

**VALOR MÁXIMO ESTIMADO** - R\$ 516.049,93 (Quinhentos e dezesseis mil, quarenta e nove reais e noventa e três centavos).

**ABERTURA:** 14/06/2022, às 09h30, na sala de reuniões da Administração Central da CEASA/PR, situada na Avenida Silva Jardim, nº 303, Bairro Rebouças, Curitiba - Paraná.

**RETIRADA DO EDITAL:** O Edital estará à disposição através do endereço eletrônico [www.ceasa.pr.gov.br](http://www.ceasa.pr.gov.br), no link "Licitações - Pregão Presencial 2022" e poderá ainda ser solicitado através do e-mail [licitacaoceasa@ceasa.pr.gov.br](mailto:licitacaoceasa@ceasa.pr.gov.br).

**Eder Eduardo Bublitz**  
Diretor-Presidente

**INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL - FUNDEPAR**

**AVISO DE REPUBLICAÇÃO**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 568/2022 - GMS/FUNDEPAR**

**PROTOCOLO Nº 18.697.192-2.** OBJETO: O objeto desta licitação é a execução de reparos no Colégio Estadual Professor Newton Guimarães no Município de Londrina/PR. **JUSTIFICATIVA:** Para adequação da disputa no sítio do Banco do Brasil. **DATA E HORÁRIO DA DISPUTA:** **03 de junho de 2022**, às 10h (dez horas) por meio de sistema eletrônico do Banco do Brasil. **VALOR MÁXIMO:** R\$ 329.366,00 (trezentos e vinte e nove mil e trezentos e sessenta e seis reais). **RETIRADA DO EDITAL E DOS ELEMENTOS TÉCNICOS INSTRUTORES:** encontram-se à disposição no portal [www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br) - PREGÃO ELETRÔNICO DO BANCO DO BRASIL, pesquisa avançada (INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL). Também no portal [www.comprasparana.pr.gov.br](http://www.comprasparana.pr.gov.br) no link: Licitações ao vivo. Informações: (41) 3250-8286 ou (41) 3250-8302. DATA: 18/05/2022. Comissão Permanente de Licitação.